O trabalho do Assistente Social na Vepera- Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto- na ressocialização do egresso do sistema prisional

Sandra Barbosa de Moraes

Bacharel em Serviço Social Faculdade Projeção Guará

sandramorais01@hotmail.com

Luciana de Castro Álvares

Doutorado em Serviço Social pela UNESP.

Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Projeção

luciana.alvares@projecao.br

Resumo

O propósito dessa pesquisa buscou conhecer o trabalho dos Assistentes Sociais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) na ressocialização dos egressos. O objetivo foi identificar os desafios da prática profissional através de ações de efetivação, ressocialização por meio de políticas públicas, propostas de intervenção no espaço institucional e assim apresentar a participação do Estado frente a esse público que precisam desse suporte para o retorno ao seu convívio social, pós-prisão. O percurso metodológico utilizado foi por revisão bibliográfica, pesquisa qualitativa e o questionário, sendo que, o levantamento de informações foi importante para essa análise e ao mesmo tempo compreender as mazelas causadas pelo neoliberalismo nas questões sociais evidentes. As respostas das intervenções profissionais trouxe um esclarecimento sobre o que o público do egresso enfrenta sobre as expressões da questão social. Sendo assim, a pesquisa contemplou uma clareza de conhecimentos que agregaram no funcionamento das possíveis intervenções na promoção do egresso, com a visão dialética crítica por meio do conhecimento em compreender o histórico de vida dos egressos, para que fosse possível desenvolver a intervenção.

Palavras-chave: Egresso; Sistema Prisional; Serviço Social.

Abstract

The purpose of this research sought to know the work of Social Assistants of the Court of Justice of the Federal District and Territories (TJDFT) in the resocialization of graduates. The objective was to identify the challenges of professional practice through effective actions, resocialization through public policies, proposals for intervention in the institutional space and thus present the participation of the State to this public who need this support to return to their social life, post-prison. The methodological approach used was through bibliographic review, qualitative research and the questionnaire, and the gathering of information was important for this analysis and at the same time to understand the problems caused by neoliberalism in the evident social issues. The responses of the professional interventions brought clarification about what the public of the egress faces about the expressions of the social question. Thus, the research contemplated clarity of knowledge that added to the functioning of possible interventions in the promotion of graduates, with a critical dialectical vision through knowledge in understanding the life history of graduates, so that it was possible to develop the intervention.

Keywords: Egress; Prison System; Social Service.

Introdução

De acordo com Paccola (2016 pag. 35), no mundo contemporâneo as mudanças sociais e econômicas são alteradas pelas leis de mercado, cujos efeitos são refletidos pelo Estado neoliberal. O neoliberalismo ganhou força no Brasil na década de 1990, e o seu envolvimento é inerente a um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas, que defendem a minimização do Estado na regulação da economia e a redução da participação estatal na oferta de serviços sociais, que são essenciais à população.

Este cenário trás vários impactos para a sociedade, dentre eles destacam-se a existência de políticas sociais mínimas, fragmentadas e precárias; o desemprego estrutural; a ampliação dos serviços terceirizados e consequente redução dos direitos trabalhistas; as privatizações e à diminuição dos direitos.

Atualmente no Brasil, o sistema carcerário sofre o impacto gerado pela precariedade e ausência das políticas sociais, diante de um cenário que apenas pune e têm limitações em efetivar a ressocialização do egresso. Ressalta-se que as

políticas sociais são fundamentais para que o Estado possa prover a efetivação da ressocialização e dos direitos dos egressos.

A promoção dos egressos por meio das políticas públicas e sociais contribui para que ele possa retornar ao convívio social através de programas de educação, de incentivo ao trabalho, de habitação, de saúde e outros direitos que colaborem com sua ressocialização. No entanto, diante do cenário político atual, os egressos que entram em regime aberto, tem reduzidas as chances de terem apoio e suporte estatal para reconduzir as suas vidas.

Dentre as várias funções do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Municípios (TJDFT) destaca-se a tarefa de promover a fiscalização das penas privativas de liberdade, ou seja, o cumprimento da pena e o andamento dos processos judiciais dos apenados. Por esta razão, foi criado na área jurídica, o Setor Psicossocial da Vepera - Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto, para atender os egressos que precisam de apoio para conduzir suas vidas após o regime fechado.

A equipe Psicossocial da Vepera é composta por profissionais das áreas do Serviço Social e Psicologia, que tem a tarefa de mediar os conflitos, utilizando de suas práticas profissionais que ensejam uma intervenção com vistas à garantia de direitos dos egressos em regime aberto. A prática do Serviço Social dentro da Vepera contribui para a efetivação do processo de reinserção social do egresso, e a sua atuação possibilita intervenções para garantir os direitos humanos e o retorno ao convívio social.

Assim, este artigo propõe a apresentar as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais no campo sócio-jurídico na ressocialização dos egressos em regime aberto e identificar os desafios enfrentados por esses profissionais na realização da sua prática. E em seus objetivos específicos compreender como a contribuição interventiva dentro do espaço profissional é aplicada no contexto das dimensões políticas e social. Analisar como funcionam as ações desenvolvidas em atender as necessidades dos egressos com o direcionamento ético-político por meio de instrumentos que possibilitem o desenvolvimento desse trabalho em sua reinserção social. Mostrar como funciona essa ressocialização por meio de algumas políticas disponíveis no Estado, em que o Assistente Social precisa para

desenvolver o seu trabalho. E por último, apresentar as propostas que são realizadas dentro desse espaço da Vepera que buscam favorecer esse público que vivenciam situações sobre questões sociais.

Parte-se do princípio que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais da Vepera colabora para diminuir a criminalidade, possibilita a promoção humana, diminui a reincidência e contribui principalmente na construção de uma política de superação sobre as contradições advindas do sistema neoliberal capitalista, que reproduz desigualdades sociais dentro do sistema prisional brasileiro.

No caminho metodológico para a construção desse trabalho foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, de campo e qualitativa. Utilizou-se o questionário como instrumento de coleta de dados. Os sujeitos de pesquisa foram dois assistentes sociais que desenvolveram suas atividades profissionais no campo sócio-jurídico da Vepera.

O Sistema Prisional no Brasil

Para que haja uma compreensão sobre o sistema prisional no Brasil, é preciso primeiramente conhecer o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) que acompanha e controla a execução da política penitenciária de cada unidade prisional, através da Lei de Execução Penal (LEP).

O Departamento Penitenciário Nacional juntamente com o Ministério da Justiça são as instituições responsáveis pelo Sistema Penitenciário Federal, e têm como missão apoiar e atuar na Execução Penal brasileira. O artigo 72, da Lei da Execução Penal- LEP de julho de 1984, trás em suas diretrizes mais especificamente a importância do seu trabalho frente ao sistema carcerário no Brasil.

A realidade do sistema prisional brasileiro revela que a prisão tem em sua estrutura um sistema mais punitivo do que ressocializador. Ele ultrapassa a perda da liberdade e atinge principalmente a dignidade de pessoas que por algum motivo descumpriram a lei. A realidade que ocorre dentro do sistema prisional tanto na entrada dos presos, no momento que permanecem, até a saída, mostra a ocorrência de várias violações nos seus direitos.

O artigo 33 do Código Penal (CP) expressa que: “A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado”.

Para uma melhor compreensão do funcionamento do sistema prisional apresenta-se os regimes de cumprimento de pena no Brasil, que são divididos em três categorias: fechado, semiaberto e aberto. De acordo com o Código Penal (CP), de 1984 os regimes de cumprimento de pena são:

a) regime fechado: “a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média; o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado”.

b) regime semiaberto: “a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a (quatro) anos e não exceda a (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto”.

c) regime aberto: “a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto”.

O sistema prisional no Brasil apresenta uma realidade carente em relação à garantia e defesa dos direitos fundamentais para o cidadão. O espaço em que ficam os presos é propício a doenças, a violências, a superlotação, a mortes, etc.

O sistema carcerário no Brasil apresenta uma situação ainda muito complexa, talvez seja um dos pontos principais que requer uma atenção mais rebuscada das autoridades competentes. Atualmente existem mais presos do que celas, ou seja, a superlotação continua sendo um grave problema com o passar dos anos.

Devido à superlotação, a situação carcerária se torna cada vez mais degradante e desumana. Diante desse cenário é impossível se ter condições mínimas de higiene e saúde, o que contribui para a proliferação de doenças e revolta entre os presos.

Para Carvalho Filho (2002, p.10) “as prisões brasileiras são insalubres, corrompidas, superlotadas, esquecidas, a maioria de seus habitantes não exerce o direito de defesa, muitos presos cumprem penas em locais impróprios”.

Essa é a realidade do sistema prisional no Brasil na atual fase do capitalismo. A política de encarceramento acompanha e sustenta uma cultura “punitivista”, que viola os direitos, as estruturas não garantem segurança, saúde, recursos humanos com qualidade, enfim, a situação não favorece a ressocialização na vida desse público que ao passar por esse sistema necessita de um acompanhamento mais humanizado com profissionais competentes que atuam para esse fim.

Sistema Carcerário brasileiro e desigualdades de classes

As desigualdades sociais dentro do sistema prisional no Brasil, entre classes trás um entendimento de ser um problema antigo, é um assunto que sempre está em pautas de discussões, e que não se vê a possibilidade de ter um fim. É como se o crime tivesse “cor ou classe social”, dentro de um sistema punitivo que inclui a imagem relacionada à situação socioeconômica e também cultural

A Câmara dos Deputados em 2018 em uma audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos apresentou a seguinte informação: “Dentre os presos, 61,7% são pretos e pardos. Dos encarcerados, 75% têm até o ensino fundamental completo, que é um indicador de baixa renda”.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen¹, 2018) mostra a precariedade do sistema penitenciário e que as políticas de encarceramento e o aumento de pena se voltam contra a população negra e de baixa renda, que tem pouco acesso às políticas públicas e a inclusão social.

Os dados apresentados mostram que existe um público seletivo ² dentro do sistema carcerário, além de apontar um perfil de classes sociais subalternizadas. São perfis que ficam mais vulneráveis as desigualdades sociais apresentadas pelo sistema neoliberal.

Estes dados, por si só, já mostram que a prisão ocupa nas políticas de segurança pública e justiça criminal: é para a prisão que devem ser enviados os jovens negros das periferias

¹ Trás como objetivo um diagnóstico sobre a realidade do sistema prisional através de dados. “Contem informações sobre: vagas, gestão, infraestrutura, assistência laboral, assistência educacional, saúde, escolaridade, raça, documentação”.

² A discriminação de cor e de classe social no seio da polícia e do judiciário são marcas históricas indelévels da formação socioeconômica, política e ideo-cultural. A criminalização tem classe, cor, sexo, idade etc. (WACQUANT, 2005).

que são abordados pela seletividade penal característica das corporações policiais, sendo a prisão um *locus* privilegiado de segmentação de populações. (DEPEN, 2015, p. 22- 23).

Para Wacquant (2005, p.198), a nova lógica de gestão da miséria consiste em “criminalizar a pobreza através do confinamento punitivo dos pobres em bairros cada vez mais isolados e estigmatizados, por um lado, e em cadeias e penitenciárias por outro.” A população carcerária de negros e de baixa renda são perfis que sofrem com preconceitos até os dias de hoje. É uma característica que persiste em continuar diante de classes de pessoas que de acordo com a lei, deveriam ser tratada em condições de igualdade.

A ligação entre a criminalidade e a desigualdade social, pode estar vinculada a falta de oportunidades e também pelas condições de vida precária que esse cidadão possa estar vivendo.

Segundo Giorgi (2006, p.96) “o fato de a população carcerária ser constituída em sua imensa maioria por pobres, desempregados e subempregados não é nenhuma novidade; ao contrário, trata-se de uma constante histórica”. O sistema prisional brasileiro precisa reconhecer as diferenças e condições que estão por trás de processos de discriminação e de violação de direitos das classes sociais.

Lei de Execução Penal (LEP) e a ressocialização do egresso

A Lei de Execução Penal (LEP), lei nº 7.210, foi criada em 11 de Julho de 1984. Ela veio com o objetivo de organizar os regimes e também os estabelecimentos prisionais. Assim, ela será utilizada a partir do momento que sair a sentença condenatória do cidadão e não haver mais recurso. A LEP atende as condições propostas para o cumprimento da pena dentro dos regimes: fechado, semiaberto ou aberto.

Como a LEP surgiu para amenizar os impactos causados pelo sistema prisional, ela trás em seus objetivos promover a ressocialização para quem descumprir as leis, e dentro desse processo estabelecer ações de reintegrar o cidadão desde o momento que sua sentença for transitada em julgado até todo o cumprimento de pena, resguardando os direitos que por ela forem estabelecidos. (BRASIL, 2016, p. 91).

De acordo com a LEP “a afirmação sobre a ressocialização ocorre pelo cumprimento de um rol de prerrogativas realizadas por diversos profissionais como: assistentes sociais, educadores, psicólogos, etc”.

Nesse sentido, a lei 7.210/84 propõe que esses profissionais em resumo, desenvolvam ações juntamente com o Estado que promovam a reintegração social. Dentro dessa reintegração insere-se o Serviço Social, estabelecendo atribuições quanto a sua execução na participação política, social com respaldo dentro da sociedade civil e em outras esferas, frente às políticas públicas. (SILVA, 2019 p.56).

A concepção de ressocialização da LEP vem com a possibilidade de garantir a reintegração do cidadão dentro da prisão até a sua saída. A lei permite construir planos de reinserção social para que após a prisão, o egresso não reincida novamente em sua conduta anterior.

A expressão "egressos prisionais", que caracteriza as pessoas que passaram pela privação de liberdade, consta na Lei de Execução Penal (LEP) n. 7.210 de 11 de julho de 1984, no Art. 26, que dispõe: "Considera-se egresso para os efeitos desta lei: I) o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento; II) o liberado condicional, durante o período de prova". (Lei n. 7.210, 1984).

Diante das condições estabelecidas entre a LEP e o sistema prisional, o Serviço Social sobre a compreensão de aspectos à condição social do cidadão, busca desenvolver um trabalho interventivo através de demandas que lhe são postas, com o fim de identificar situações que levaram a pessoa transgredir a lei e construir uma relação com compromisso ético que levem ao cidadão a um processo de direitos e possibilidades ao retorno de uma vida mais digna.

Não tem como negar que para a ressocialização chegar ao sistema penitenciário à categoria profissional precisa intervir sob a condição dos interesses dominantes, que vai exigir do profissional o enfrentamento de alguns desafios para que o controle social dentro desse sistema penitenciário não ultrapasse a dignidade do cidadão mesmo que ele tenha infringido a lei.

Corroborando esse entendimento e se referindo particularmente à sociedade capitalista, expressam que o “controle social e a difusão da ideologia dominante constituem recursos essenciais, complementando outras maneiras de pressão social com base na violência, para obtenção do consenso social”. Sob a ótica dos autores, consenso social é entendido como consentimento e aceitação dos dominados e oprimidos socialmente em relação à ordem estabelecida. (CARVALHO e IAMAMOTO 1983, p.109).

A atuação profissional de acordo com a LEP, trás em sua categoria a perspectiva da ressocialização. Nesse sentido, está o reconhecimento das classes sociais e o compromisso ético de superação sobre questões morais que “supostamente”, são atribuídas às pessoas. Existe uma compreensão dentro da profissão que a particularidade de cada pessoa em sua condição social deve ser respeitada, sendo assim, os desafios do profissional do serviço social assume o seu papel de construir propostas de trabalho diante das demandas que surgirem em sua área de atendimento no sistema prisional.

Nesse contexto a ressocialização do egresso é um processo desafiador. A partir do momento que o cidadão cumpre a sentença ele entra em regime aberto, porém a sua “liberdade” está condicionada a prestação de contas à justiça até cumprir totalmente a sua sentença judicial.

Esse é o momento que mais precisa dos serviços essenciais para a sua condição social, mas a precariedade das políticas públicas, e muitas vezes a falta de conhecimento dos seus direitos, acaba dificultando a sua ressocialização. Por isso a importância do assistente social para intervir nessa realidade.

Atuação do Serviço Social no Campo Sócio Jurídico

De acordo com a Cartilha do Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal (STF, 2018), “o Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado, e o seu papel é julgar de acordo com a lei, os conflitos que surgirem na sociedade”.

Ou seja, o Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito, tem a incumbência de responder sobre as “expressões da questão social,” na relação do Estado e a sociedade civil e a sua interferência está posicionada nos excessos que

o Estado apresenta, por exemplo, quando ele se envolve nas demandas da justiça social impedindo algum recurso dentro das políticas públicas e sociais.

Existe a compreensão de que o Poder Judiciário se interessa pela profissão do Serviço Social por justamente se tratar das expressões da questão social e pelas mudanças que ocorreram na profissão que se tornou uma referência para a tentativa da garantia dos direitos da cidadania, principalmente para a classe trabalhadora. Dessa forma, dentre as atuações do assistente social, destaca-se a capacidade de desvelar as expressões da “questão social” que se apresentam mediante as demandas do Poder Judiciário, ou seja, que esteja atrelada aos egressos em suas relações sociais.

Assim dentro dos processos de desigualdades sociais, o Poder Judiciário se posiciona em garantir a justiça constitucional mediante os direitos sociais garantidos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”.

A inserção do Serviço Social na área jurídica desenvolve atividades e estratégias de intervenção tendo sempre como norte as atribuições e competências profissionais articulados e baseados em procedimentos técnicos que amenizem situações geradas pelo neoliberalismo. Fávero (2013, p.509), “explica que o fazer profissional dentro da área jurídica, é considerar principalmente a importância do acesso à justiça e aos direitos humanos e sociais”.

Diante de várias “injustiças sociais”, o Serviço Social foi ganhando força e ampliando seu papel na qualidade de serviços prestados, o que possibilita respostas diante das demandas institucionais que surgirem. É demandado ao assistente social aplicar suas habilidades e competências dentro das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para intervir na realidade de cada egresso e mediar os conflitos gerados pela “questão social”.

Na atuação com os egressos do sistema prisional o Serviço Social tem um desafio de amenizar situações dessa parcela da população que enfrenta dificuldades de acesso aos direitos sociais básicos.

Consequentemente, os assistentes sociais trazem em sua atuação no campo jurídico uma identidade assegurada dentro de uma necessidade de superar o modelo de exploração do Estado, no enfrentamento da “questão social”, possibilitando aos egressos a garantia dos direitos por meio de políticas públicas e sociais. Nesse contexto, um dos desafios encontrados é aliar à prática profissional à realidade prisional e desenvolver propostas com vistas a garantir a dignidade humana com a ampliação dos seus direitos.

O Serviço Social na Vepera- Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto

A Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto - Vepera foi instalada em 17 de novembro de 2015, e foi desmembrada da Vara de Execuções das Penas de Medidas Alternativas-Vepema.

A criação da Vepera, foi pela necessidade de providências na estruturação de um serviço do psicossocial para instruções nas áreas de psicologia, serviço social, educação e outras afins, em processos judiciais de competência da referida Vara, em consonância com a resolução nº 15, de 15 de setembro de 2015 deste Tribunal. (TJDFT,,2015)

A Vepera tem como referência a intervenção dos profissionais em processos judiciais, no que diz respeito à expressão da realidade socioeconômica, cultural, familiar e emocional dos egressos que se tornam partes das ações processuais. Os profissionais prestam apoio em matéria de Serviço Social, Psicologia ao juiz da Vepera em desenvolver ações com vistas à orientação e acompanhamento das pessoas que estão vinculadas ao TJDFT, na perspectiva da ampliação de direitos e encaminhá-los à cidadania.

O setor psicossocial da Vepera tem a missão de: “Assessorar a prestação jurisdicional no âmbito da competência da Justiça do Distrito Federal, por meio de ações biopsicossociais, com vistas a favorecer decisões judiciais que garantam justiça e cidadania”. (TJDFT, 2015).

De acordo com o TJDFT (2017) à equipe psicossocial da Vepera compete:

- I. Planejar, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar o conjunto de atividades técnicas desenvolvidas nas áreas do Psicossocial, no âmbito da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto-Vepera;
- II. Prestar assessoria ao juiz coordenador no acompanhamento e fiscalização das execuções das Penas em Regime Aberto, objetivando a ressocialização do sentenciado, emitindo parecer técnico quando solicitado pela autoridade judiciária;
- III. Articular, propor, e desenvolver ações com entidades integrantes ou não dos sistemas judiciário ou penitenciário do Distrito Federal, no sentido de buscar a reintegração social do sentenciado;
- IV. Realizar pesquisas quantitativa e qualitativa, na área de execuções penais em regime aberto, visando ao estabelecimento de diretrizes, para uma ordem de execução penal, como também a subsídios às decisões do juiz;
- V. Prestar assessoria na elaboração ou análise de minutas de convênio, acordos de cooperação mútua e outros instrumentos jurídicos necessários ao cumprimento das finalidades e objetivos do PSPVEPERA;
- VI. Controlar o desenvolvimento das atividades a cargo do PSPVEPERA, mantendo instrumentos de controle para o acompanhamento e avaliação de sua eficiência;
- VII. Manter bancos de dados com entidades privadas e públicas credenciadas para o cumprimento de penas em regime aberto;
- VIII. Acompanhar o cumprimento de penas em regime aberto, encaminhando e controlando a execução de prestação de serviços a comunidade por parte do sentenciado;
- IX. Elaborar parecer técnico sobre o cumprimento de pena em regime aberto, para o conhecimento e subsídio à decisão judicial;
- X. Zelar pela formação e desenvolvimento técnico profissional dos seus servidores, propondo a SEEF a realização de treinamento especializado que vise ao interesse do serviço;
- XI. Observar e fazer cumprir as normas regulares emanadas da Corregedoria do Tribunal e as emitidas no âmbito da Vepera;
- XII. Zelar pelo cumprimento do horário de trabalho;
- XIII. Executar todas as demais atribuições pertinentes ao cargo que tenham sido determinadas pelo juiz Coordenador da Vepera.

O serviço dos profissionais é assessorar o juiz da Vara e ao mesmo tempo oferecer o suporte ao egresso no decorrer do seu processo, através de acompanhamento, de escuta qualificada diante das demandas apresentadas, além

de outros procedimentos, que possam viabilizar os direitos que atendam necessidades urgentes em causas como dependência química, violência doméstica, casos de saúde, vulnerabilidade social, pessoas em situação de rua etc.

Quando os egressos entram em regime aberto, eles precisam da intervenção profissional mediante a abordagem técnico-operativa, baseada no código de ética profissional que norteia a profissão. Mediante essa possibilidade, os instrumentos utilizados pelos Assistentes Sociais vão facilitar o direcionamento do seu trabalho em frente às situações de cada egresso.

O compromisso profissional é construir dentro desse espaço uma prática que esteja associada com a ética da profissão de intervenção dentro do projeto ético-político. Vale ressaltar que o Código de Ética do Assistente Social de 1993 defende o reconhecimento dentro de onze princípios fundamentais, que são eles:

Liberdade, direitos humanos, cidadania, democracia, equidade e justiça social, combate ao preconceito, pluralismo, construção de uma nova ordem social (sem dominação-exploração), articulação com movimentos de trabalhadores, qualidade dos serviços prestados e combate a toda espécie de discriminação. (SOUSA, 2008 p.121).

Assim, o exercício da profissão dentro do código de ética é atuar na consolidação da cidadania, na democracia, na equidade e na garantia de direitos dentro da justiça social.

Os desafios da prática profissional do assistente social na VEPERA

Nesse item será apresentada a concepção dos assistentes sociais que foram sujeitos de pesquisa, que serão identificados como “entrevistado A” e “entrevistado B”, de modo a resguardar o sigilo sobre suas identidades. Observa-se que a análise crítica das respostas dos entrevistados contribuiu para a produção de conhecimento

e para a consolidação do objetivo das pesquisadoras em compreender os desafios do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Serviço Social na Vepera.

Para tanto, é importante apresentar o perfil do público atendido no setor psicossocial da Vepera, que são os egressos que saem do sistema prisional, e que na grande maioria são pessoas em contexto de extrema pobreza, como: indivíduos em situação de rua, violência social e urbana, pessoas desempregadas, com baixa escolaridade, que sofrem conflitos familiares intensos, uso, abuso e dependência química, pessoas com necessidades especiais, doenças incapacitantes, bem como outras demandas.

Assim, nesse espaço sócio-ocupacional o assistente social trabalha com as expressões da questão social provenientes de um público em situação de pobreza ou extrema pobreza, em sua maioria do sexo masculino e da raça negra, representantes de uma classe social que tem sua voz diluída na realidade social.

Os dados apresentados sobre o público atendido pelo setor psicossocial da Vepera são coadunantes com os dados da população carcerária apresentada pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2018), na qual verifica-se que as estatísticas apontam uma problemática social em que a maioria dos presos do Brasil é negra e de classe baixa.

Muitas vezes, os assistentes sociais que atendem esse público atuam como mediadores, fortalecendo a sua voz e dando visibilidade a realidade social vivenciada por essa parcela da população, com o intuito de atuar na direção social de acessibilidade de direitos por meio de políticas públicas.

Sobre as atribuições dos assistentes sociais da Vepera, o entrevistado “A”, “relatou que assessora o juiz da Vepera sobre o que lhe é atribuído nas questões sociais como: drogadição, desemprego, transtorno mental, vulneráveis social”. Já o entrevistado “B”, “subsidiava nas decisões judiciais em tudo que lhe é atribuído dentro do psicossocial da Vepera. O entrevistado informou ainda de que forma ele desenvolve o seu trabalho, que é por meio de estudos, relatórios técnicos, atendimento, acompanhamento”.

De acordo com as respostas em questão da atribuição profissional, entende-se que ambos assessoram o juiz da vara nas expressões da questão dos egressos envolvidos nos processos judiciais.

A análise feita dentro do trabalho do Assistente Social está ligada diante de uma dinâmica, e também de análises críticas no campo de expressões das questões sociais, entre elas: a pobreza, a fome, o desemprego, relações de gênero, etc. Diante dessas situações, os profissionais desenvolvem conhecimento dialético de acompanhar a história de vida de cada egresso e possibilitar mudanças diante de determinações sociais. As atribuições requerem dos Assistentes Sociais a competência de possibilitar em seu trabalho respostas as demandas sociais existentes no campo sócio-jurídico, e ao mesmo tempo favorecer através do trabalho a ressocialização desse público.

Dentre os instrumentos utilizados na intervenção profissional, ambos assistentes sociais destacaram o atendimento individual, no qual se realiza a entrevista e a socialização das informações; o acompanhamento e o encaminhamento.

O atendimento realizado por meio da entrevista é primordial e é um instrumento que possibilita o profissional apreender às demandas dos egressos.

É na ação prática do Assistente Social que o profissional articula sua práxis interventiva e exerce sua autonomia, técnico-profissional mediante a liberdade de execução de suas atividades, por intermédio de sua *expertise* que se “legitima, fundamentalmente, pela competência teórico-metodológica e ético-política por meio da qual executa o seu trabalho” (FÁVERO, 2011, p. 30-31).

As ações desenvolvidas estão acompanhadas por todo o trabalho com base no projeto ético-político, mediante a realidade, ou seja, tem a direção hegemônica que é alinhada sobre a perspectiva de se compreender o contexto de cada pessoa, e assim possibilitar através da materialização do projeto profissional a ressocialização do egresso.

No caso do encaminhamento, é rotina dos Assistentes Sociais encaminhar os egressos aos serviços de assistência social. Por exemplo, o Centro de Referência e Assistência Social -CRAS, que é um serviço fundamental e imprescindível, pois o acesso inclui, os direitos básicos como: regularização de documentos, tratamento de saúde, justiça gratuita e muitos outros benefícios.

Outra serviço importante no atendimento ao egresso é o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, que é integrante da política social de saúde mental e atende o público que enfrenta o uso abusivo de substâncias entorpecentes ou algum tipo de transtorno mental. Esse serviço presta apoio, acolhe e atende pessoas que se encontram diante de vulnerabilidades sociais e precisam do apoio e acompanhamento de profissionais.

Os assistentes sociais da Vepera articulam os serviços e equipamentos existentes para o atendimento dos egressos. É fundamental essa articulação para que o apoio a essas pessoas contemple diferentes aspectos, favoreça e amplie suas oportunidades sociais para que possa superar a “condição” de vulnerabilidade social.

Sobre os desafios dos profissionais na prática profissional o entrevistado “A” relatou “A falta de políticas para esse público” e o entrevistado “B” apontou “O desinteresse do poder público e a discriminação social”..

Os Assistentes Sociais em seu trabalho compreendem que a realidade imposta sobre os egressos é um desafio na sua intervenção profissional. Sendo assim, o Projeto Ético Político Profissional propõe um caminho investigativo, interventivo com a visão crítica sobre essa realidade que o sistema neoliberal impõe sobre esse público.

Cabe, então, o esforço analítico em apreender, interpretar e traduzir suas expressões. Desse modo, é fundamental que se tome “um banho de realidade brasileira, munindo-se de dados, informações e indicadores que possibilitem identificar as expressões particulares da “questão social”, assim como os processos sociais que as reproduzem” (IAMAMOTO, 2005, p.38).

Apreender a realidade sobre a falta de políticas sociais, o desinteresse do Poder Público em investir em um sistema prisional que respeite os direitos humanos e tenha alternativas eficazes e efetivas na ressocialização dos egressos e ainda compreender o “porque” existe discriminação social entre esse público e principalmente sobre a questão de classe e raça que incide sobre essa realidade, é

um constante desafio profissional. Por isso a necessidade da visão crítica e da capacitação continuada para intervir sobre a realidade apresentada no sistema prisional..

Pois o egresso em sua maioria está sob a condição de “exclusão social”, e essa classe apresenta obstáculos e entraves para acessar os direitos que são garantidos por lei. O assistente social é um dos profissionais que poderá adentrar nesse campo de batalha, com a perspectiva de viabilizar os direitos sociais.

O Projeto Ético Político do Serviço Social é uma ferramenta imprescindível para intervir de forma crítica, dialética sobre essas condições impostas ainda, presentes em pleno século XXI, ou seja, mediante um sistema punitivo que já vem mostrando que não ressocializa e contribui para o aumento da violência, da reincidência, da desigualdade social, restando a questão da segurança pública insolúvel.

Diante desse entendimento, os assistentes sociais da Vepera, em meio aos desafios profissionais, lutam para que esse público encontre em sua caminhada condições dignas de vida.

Conclusão

Essa pesquisa permitiu identificar os limites e desafios da prática profissional no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no Psicossocial da Vepera. Os Assistentes Sociais enfrentam dificuldades na atual conjuntura em que o sistema penitenciário vem passando diante do sistema neoliberal.

Em relação ao trabalho exercido pelos assistentes sociais na ressocialização dos egressos essa pesquisa revelou que as políticas públicas são escassas, ou seja, não dão a devida atenção para esse público.

O assistente social intervém na realidade do egresso por meio de estratégias técnico-operativa, metodológicas, embasadas no Código de Ética profissional, que são ferramentas importantes para enfrentar os limites institucionais, resguardar a autonomia profissional e desenvolver uma prática com qualidade. Diante de poucos recursos, o trabalho sobressai pela persistência e competência desses profissionais

em não se conformar com a situação dos egressos, e buscar por meio das estratégias mencionadas contribuir para a efetivação da cidadania e dos direitos.

Contudo, para que a ressocialização do egresso seja uma realidade, a possível solução seria de fomentar políticas públicas de melhoria de gestão e humanização do sistema. Dessa forma reforça a ideia de um trabalho contínuo e não aquele que para no meio do caminho. “É todo um processo de luta e desafios de forma efetiva em que “desistir” não é a resposta”, e sim que, a verdadeira resposta seja aquela de trazer as possíveis soluções que cabem a essas pessoas que necessitam dessa intervenção. Essa é a ponte que constrói o trabalho dos Assistentes Sociais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Cartilha do Poder Judiciário /** Supremo Tribunal Federal. Brasília: STF, Secretaria de Documentação [s. /], v. 38, 2018. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaGlossarioMirim/anexo/Cartilha_Glossario_STF16042018_FINAL__ELETRONICO.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020.

TJDFT: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Psicossocial Judiciário**, Brasília-DF, 2015.

TJDFT. Portaria Conjunta nº 60, de 7 de julho de 2017

BEHRING, Elaine Rosseti, Ivanete Boschetti. **Política Social: Fundamentos e História**. 9 edição. São Paulo-SP: Cortez, 2011.

BORGIANNI, Elisabete. **Para entender o Serviço Social na área sócio-jurídica**. In: Revista Trimestral de Serviço Social e Sociedade. Ano XXXIII – n.115 – Área Sociojurídica. São Paulo, jul/set 2013.

COMISSÃO de Direitos Humanos e Minorias. Brasília-DF. Câmara dos Deputados. Audiência Pública. **Sistema Carcerário Brasileiro: Negros e Pobres na prisão**, Brasília-DF, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 21 jun. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PACCOLA, Marco A. B. SINAIS. **A construção da "hegemonia" neoliberal no Brasil**, Vitória-ES, ano ISSN: 1981-3988, 8 jun. 2016.

SIERRA, Vânia Morales. Josélia Ferreira dos Reis. **Poder Judiciário e Serviço Social**. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SILVA, André Luiz Augusto, Wellington Macedo Coutinho. **O Serviço Social dentro da Prisão**. São Paulo - SP: Cortez, 2019.

SOUSA, Charles Toniolo de. Emancipação. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa-PR, 30 abr. 2008.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria** / Loic Wacquant; tradução André Telles.
– Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.